

**LEI Nº 650 DE 13 DE AGOSTO DE 2025.**

**“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO E PISTAS DAS ESTRADAS RURAIS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA,** PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Lei Orgânica do município, e

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** São consideradas estradas rurais municipais para os fins desta Lei os caminhos no território municipal, destinados ao livre trânsito de pessoas, animais e veículos conservadas e administradas pelo Município, construídas ou não pelo poder público.

**Art. 2º.** O sistema viário municipal rural é constituído pelas estradas já existentes ou que venham a ser implantadas, organicamente articuladas entre si, compondo-se referidas estradas no todo, pela pista de rolamento e as reservas marginais.

**Parágrafo único.** Consideram-se estradas municipais rurais as já existentes e as planejadas, bem como as que vierem a ser abertas, cujo projeto de implantação deve ser devidamente aprovado pelo Município, constituindo frente de glebas ou terrenos.

**Art. 3º.** Para efeito de aplicação da presente Lei são adotadas as seguintes definições:

- I - Faixa de domínio: é a área do terreno destinada ao poder público para a implantação e proteção de rodovias, vias urbanas, vias rurais, distribuição de energia elétrica e gás canalizado, bem como seus acessórios, onde não é permitido edificar;
- II - Faixas não-edificáveis: áreas dos terrenos onde não é permitida a construção;
- III - Malha viária: o conjunto de vias abertas à circulação sem definição de hierarquização.

**Art. 4º.** Para efeitos desta Lei, as vias de circulação municipal, nas áreas rurais, obedecerão às seguintes designações:

- I - Estradas rurais principais: são aquelas que ligam a sede do município de Tasso fragoso a comunidades/distritos e/ou que ligam as comunidades entre si e/ou que ligam as comunidades de interior a rodovias federais ou estaduais;
- II - Estradas rurais secundárias: são aquelas que unem entre si as estradas principais e/ou ligam comunidades a estradas principais e/ou secundárias e/ou vicinais, consideradas de menor fluxo;
- III - Estradas rurais vicinais: são aquelas que interessam apenas aos possuidores de áreas que delas se sirvam como passagem forçada para chegarem ao seu imóvel rural, não ficando sujeitas a nomenclatura oficial.

Parágrafo único. As designações estabelecidas no presente artigo têm por fim indicar, a importância relativa das diversas vias de circulação municipais nas áreas rurais.

**Art. 5º.** As características técnicas das estradas principais, secundárias e vicinais se distinguem conforme as designações das vias de circulação municipais e estabelecidas nesta Lei.

**Art. 6º.** Os projetos das estradas rurais municipais obedecerão, normalmente, às características técnicas que lhe são próprias, segundo as prescrições desta Lei.

**Art. 7º.** A largura das estradas rurais, será:

- I - No mínimo de 8 metros para estrada principal;
- II - No mínimo de 6 metros para estrada secundária;
- III - No mínimo de 4 metros para estrada vicinal.

**Parágrafo único.** Nas estradas principais e secundárias a faixa de domínio será acrescida de 5,00 (cinco) metros para cada lado além da pista e nas estradas vicinárias 3,00 (três) metros para cada lado, área denominada de reserva marginal, e que será destinada a alargamentos, e ou, utilização para redes de energia elétrica e das redes de telefonia rural.

**Art. 8º.** No cruzamento ou entroncamento de uma com outra estrada municipal, e desta com estrada estadual ou federal, deverá ser prevista uma área cujas dimensões permitam a construção das obras necessárias à eliminação das interferências de tráfego e que proporcionem as distâncias de visibilidade de segurança da estrada preferencial.

Parágrafo único. Nos entroncamentos deve ser previsto um redutor de velocidade.

**Art. 9º.** Nas estradas e caminhos existentes até a promulgação desta Lei Complementar as medidas serão consideradas tornando-se por base o seu eixo.

**Art. 10º.** Para abertura de estradas rurais de uso público no território deste Município, constituindo frente de glebas ou terrenos, é obrigatória autorização do Município.

**Parágrafo único.** Fica reservada a municipalidade o direito de exercer fiscalização dos serviços e obras de construção da estrada projetada, aprovada e oficializada.

**Art. 11º.** Salvo com autorização formal do Poder Público municipal é proibida a qualquer pessoa física ou jurídica, sob qualquer pretexto:

- I - Obstruir, modificar ou dificultar de qualquer modo o livre trânsito nas estradas rurais do município de Tasso Fragoso com porteiros, colchetes ou qualquer outro tipo de obstáculo. Fica permitido apenas, o uso do dispositivo chamado "Mata-burros".
- II - Destruir, danificar ou obstruir o leito das vias, pontes, bueiros e canaletas de escoamento e bacias de contenção de águas pluviais;
- III - Abrir valetas, buracos ou escavações nos leitos das estradas;

IV - Impedir ou dificultar o escoamento de águas pluviais das estradas para o interior das propriedades lindeiras;

V - Erguer qualquer tipo de obstáculo ou barreira, tais como cercas, postes, tapumes, placas ou plantio de árvores, dentro da faixa de domínio das estradas.

§ 1º Ao infrator será aplicado multa de 4 (quatro) UMRs e obrigação de recomposição da via danificada.

§ 2º Em caso de persistência da conduta, o Município poderá aplicar nova multa, duplicando o seu valor, ou seja 8 (oito) UMRs .

§ 3º Caso o infrator não execute as obras de recomposição da via danificada, o Município poderá fazê-lo, conforme planilha de custos, notificando o responsável que deverá ressarcir aos cofres públicos, sob pena de inscrição em dívida ativa.

**Art. 12º** Para mudança de qualquer estrada municipal rural, quando estiver dentro dos limites de sua propriedade, o proprietário deverá requerer permissão ao Município, juntando ao pedido o projeto do trecho a ser modificado, um memorial que justifique a necessidade da mudança pretendida e a devida comprovação da responsabilidade técnica.

§ 1º Entende-se por mudança, toda e qualquer alteração na rota, largura, nos taludes, entre outros.

§ 2º Concedida a permissão, o requerente poderá executar a mudança desde que assuma o custo total dos serviços, sem interromper o trânsito, não lhe cabendo direito a qualquer indenização, salvo na condição de interesse público, quando poderá haver celebração de parceria com o Município.

**Art. 13º.** É obrigação dos proprietários de imóveis adjacentes e/ou pertencentes à área de influência por onde passam as estradas rurais municipais:

I - Permitir a execução de obras e serviços que impeçam as águas pluviais de atingirem as estradas;

- II - Evitar a dispersão e escoamento inadequado de excesso de água nas estradas;
- III - Evitar executar nos terrenos marginais, operações de revolvimento de solo que possam potencializar o escoamento de águas e sedimentos para o leito da via;
- IV - Não realizar o plantio de espécies arbóreas em uma distância menor que 5m (cinco) metros, medidos a partir da margem da via pública. V. - Os proprietários serão obrigados a realizar as podas regulares das árvores próximo as vias.
- V - Não implantar açudes ou lagos em uma distância mínima de 15 (quinze) metros, medidos a partir do centro da via pública;
- VI - Não obstruir sarjetas e drenos dificultando o escoamento das águas pluviais;
- VII - É vedado o depósito de lixo nas margens das vias.

§ 1º Quando verificado problemas de trafegabilidade, a Secretaria Municipal de infraestrutura e Meio Ambiente poderá notificar o proprietário rural para que promova a regularização no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 2º A notificação referida no § 1º deverá ser embasada tecnicamente, que em caso de seu descumprimento, caberá ao infrator multa de 4,00 (quatro) UMRs ao mês.

§ 3º Caso o infrator não execute as obras de recomposição da via danificada, o Município poderá fazê-lo, conforme planilha de custos, notificando o responsável que deverá ressarcir aos cofres públicos, sob pena de inscrição em dívida ativa.

**Art. 14º.** As redes de energia e telecomunicações deverão manter altura mínima de 8 (oito) metros do eixo da pista.

**Art. 15º.** Cabe ao Setor de Fiscalização Tributária do Município de Tasso Fragoso a cobrança dos valores referentes às multas aplicadas.

**Art. 16º.** O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

**Art. 17º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.**

**KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA**  
Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA